

Os caça-fantasmas

José Nêumanne

Um dia destes, a **Rádio Transamérica FM** levou ao ar uma enquete na qual indagava seus ouvintes sobre as reais possibilidades de vitória do presidencial Juscélino Kubitschek. O resultado, como sempre acontece em tais enquetes, que levaram a emissora ao primeiro lugar da audiência paulistana na faixa da frequência modulada, foi muito engraçado. Além de graça, contudo, as respostas dadas pelos ouvintes comuns deixaram um rastro de perplexidade, até susto e, de certa forma, confirmaram a velha assertiva de que o povo brasileiro não tem memória.

Mais do que isso, a enquete sobre a provável eleição de JK em 15 de novembro se tornou uma clara lição para os candidatos a presidente, que não devem contar mais com o voto além-túmulo de vultos do passado, pois ele nem sequer existe. A maioria dos ouvintes ouvidos pela emissora respondeu à questão como se Juscélino fosse vivo e estivesse disputando a eleição. Alguns confessaram estar dispostos a votar nele, outros se declararam indecisos, e muito poucos sabiam da verdade: que Juscélino não disputa a Presidência da República até porque já morreu — num choque automobilístico, sobre cujo caráter acidental até hoje existem dúvidas. Mas entre os que sabiam que JK havia morrido houve até respostas dando conta de seu passado “como presidente dos Estados Unidos da América”.

Envolvidos na atividade política durante todo o seu tempo útil, os brasileiros apresentados pelos partidos para disputarem a corrida sucessória presidencial se agarram a referências do passado, como se elas ainda estivessem presentes na memória da maioria do eleitorado. Na verdade, contudo, essa memória não aparece, de forma significativa, nos apanhados e pesquisas de opinião pública, pelo menos nos realizados até agora. Afinal de contas, 85% dos eleitores que comparecerão às urnas em novembro jamais haviam votado antes para presidente, caso, por exemplo, do autor destas linhas, do diretor de redação deste jornal, do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Resek, e de muitos pretendentes ao cargo, como o favorito Fernando Collor de Mello ou seu concorrente Luiz Inácio Lula da Silva.

Evidentemente, os estreantes em eleição direta presidencial citados no parágrafo anterior são capazes de distinguir o senador Mário Covas do falecido presidente Juscélino Kubitschek. Nem sempre, contudo, os outros soldados dessa enorme armada de milhões de estreantes em voto direto presidencial são capazes de exibir o mesmo discernimento. Muito pelo contrário. O diretor de pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), Orjan Olsen, já advertiu os presidencialistas de que mortos não têm nem transferem votos no Brasil.

Tem sido absolutamente inútil, por exemplo, a esforçada tentativa de identificação que o candidato do Partido Liberal (PL), Guilherme Afif Domingos, vem fazendo com o já citado ex-presidente Juscélino Kubitschek de Oliveira. Em primeiro lugar, porque a grande maioria nem sequer tem informação de quem possa ter sido a personagem em pauta, conforme comprovam enquetes de brincadeira como a feita pela **Rádio Transamérica**, por menos científicas que elas possam ser. Em segundo lugar, porque, como já advertiu Fernando Pedreira, jornalista experimentado na cobertura de várias votações presidenciais, o clima no eleitorado hoje em dia está mais próximo de 1960, quando o Brasil adotou a vassoura janista, do que de 1955, época em que o otimismo desenvolvimentista do então governador mineiro conquistou a maioria dos eleitores do País.

Da mesma forma, não pode ser tida como bem-sucedida a tentativa do ex-governador Leonel

Brizola de marcar, no eleitorado, sua condição de herdeiro de Getúlio Vargas, batizado por seus seguidores de “pai dos pobres” e por seus adversários de “mãe dos ricos”. Mais do que Afif, que procura se identificar com Juscélino, seguindo as trilhas de seu discurso e de suas mensagens, Brizola parece pretender repetir Getúlio até mesmo nos cacoetes de linguagem, substituindo a plebéia primeira pessoa do singular pelo plural majestático, forma pronominal favorita do ex-ditador.

A herança de Vargas é ampla e plural. Na eleição de 1955, por exemplo, ela foi, de certa forma, disputada por todos os candidatos. Homem de vida multifacetada, com muitos anos de poder, a ação de Getúlio permitiu que diferentes prosélitos de distintas correntes ideológicas lutassem por seu legado, um ano depois de seu suicídio. O marechal Juarez Távora representava a fase tenentista do início dos anos 30, o integralista Plínio Salgado reunia os seguidores fascistóides da fase de implantação do Estado Novo, o ex-interventor Ademar de Barros significava a herança populista do movimento quemista e, finalmente, o pessedista Juscélino Kubitschek era o homem do desenvolvimentismo nacionalista do governo democrático, iniciado em 1950 e tragicamente encerrado quatro anos depois.

Já lá se vão 34 anos, mas o espólio de Vargas ainda é disputado como se representasse um verdadeiro baú de votos. Já se perdeu na bruma do tempo, mas é paradoxalmente recente, a cena de choro do ex-governador Leonel Brizola ao perder a sigla, tida como mágica, do PTB para a sobrinha-neta do caudilho de São Borja, Ivete Vargas, por obra e graça das articulações maquiavélicas do general Golbery do Couto e Silva. Morta Ivete, com o PTB ainda mais marcado pelo fisiologismo explícito e desavergonhado, Brizola continua a lutar pela incorporação a sua candidatura da marca do partido que se considera o mais autorizado testamentário do sangue derramado pelo ex-presidente suicida.

A disputa da herança de Vargas parece ser uma obstinada obsessão de Leonel Brizola, que não desce de nenhum clã dentro os que disputaram a eleição de 1955, mas se ligou por laços políticos e de parentesco ao homem que se elegeria duas vezes vice-presidente na condição de mais legítimo e amado filho político do líder, João Goulart. Essa corrente, de início intitulada trabalhista, depois alcunhada de socialista morena, exercita um populismo difuso, já sem bases sindicais significativas, que, na atual campanha eleitoral, perdeu qualquer identificação ideológica, por causa de acordos e conchavos mais comprometidos com a necessidade da proximidade do poder do que propriamente com idéias.

Não cabe discutir se Afif é legítimo herdeiro do juscelinismo, uma entidade política insignificante no Brasil de hoje, ou se Brizola conseguirá, enfim, fazer ressurgir o varguismo das cinzas. A questão é a eficácia dessas sessões de reencarnação política, que os dois candidatos tentam promover. A prática — se os índices das pesquisas não estiverem revelando sinais falsos — tem demonstrado que se trata de esforço inútil. A melancólica cena da nova renúncia de Jânio Quadros, da sacada de sua casa no Morumbi, parece definir a eleição deste ano como a convocada para enxotar de vez os fantasmas do passado, a qualquer custo político (chame-se ele Collor ou não); e não aquela que invoca sua volta para “prestar novos serviços à Nação”. A julgar pelas atuais tendências do eleitorado, a atividade dos candidatos caça-fantasmas não parece ser lucrativa, em termos de juntar cacife de votos.